

Assessoria de Imprensa e Comunicação Social

**28**  
**Nov**  
**2017**

# CLIP PING



# TJ ES

Poder Judiciário • Tribunal de Justiça do Espírito Santo

POLÍTICA

tem regras  
luguêis

# GOVERNO É OBRIGADO A TRATAR DE 800 VICIADOS

Sem vagas em hospitais públicos, clínicas particulares são solução

BIANCA VAILANT  
bvailant@redgazeta.com.br

Somente neste ano, entre janeiro e setembro, foram determinadas pela Justiça 853 internações compulsórias de dependentes químicos. Atender a demandas como essas custou para o Estado cerca de R\$ 18,8 milhões no período. Isso porque a política nacional de saúde não permite que sejam estimuladas as construções de hospitais para tratar distúrbios psiquiátricos como, por exemplo, a dependência química.

O médico psiquiatra Gilson Giuberti, coordenador de políticas sobre drogas no Estado, explicou que toda vez que a Justiça determina a internação compulsória, por faltarem leitos em hospitais públicos, o Estado precisa comprar uma vaga para o dependente químico em clínicas particulares. "O Estado precisa cumprir a determinação e comprar as vagas, mas elas são limitadas. Compra-se o que tem", explicou o médico.

Um grande problema causado por essa medida é que, a partir do momento que o dependente químico dá entrada em uma clínica particular, não é mais possível ter um controle sobre o tratamento oferecido. "A gente não tem conhecimento da qualidade do serviço oferecido. Se houvesse um lugar para internarmos, fazer um acompanhamento de 1 ou 2 meses, teríamos um controle muito melhor o tratamento determinado pela justiça", disse o psiquiatra.

## O PROCESSO

De acordo com Giuberti, a internação não é a única forma de oferecer tratamento a um dependente químico. "Existem pessoas que precisam de in-

## TRATAMENTO



"A internação não é o único caminho para o tratamento de um dependente químico. É possível tratar com apoio psicológico"

**GILSON GIUBERTI**  
COORDENADOR ESTADUAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS

## DEMANDAS

### 2015

▼ Demandas: 1.020

▼ Gasto: R\$ 30,9 milhões

### 2016

▼ Demandas: 1.096

▼ Gasto: R\$ 33,7 milhões

### 2017

▼ Demandas (janeiro a setembro): 853

▼ Gasto: R\$ 18,8 milhões

ternação, mas não são todos os casos. De todas as demandas encaminhadas pela Defensoria Pública, 80% a gente trata sem precisar de internação", destacou o coordenador.

Na maioria dos casos basta oferecer aos dependentes químicos e às famílias um suporte psicológico. "Na cultura popular há um entendimento que todas as doenças mentais precisam ser tratadas com internação, mas na maioria dos casos não há necessidade", alertou.

Para ser considerada

necessária a internação, o indivíduo precisa apresentar transtornos de comportamento sérios, com uma incapacidade, mesmo que temporária, de reger seus bens ou gerir sua própria vida. Além disso, é preciso apresentar histórico de problemas com a comunidade e a polícia, colocando em risco a vida de terceiros.

## DIFICULDADE

Mãe de 7 filhos, a dona de casa X, que preferiu não se identificar, enfrenta os transtornos causados pela

dependência química há cerca de 1 ano e 8 meses. A filha dela, de 18 anos, é dependente de drogas e teve a internação compulsória negada pelo Poder Judiciário.

"Ela começou a usar há 1 ano e 8 meses. Isso me causou muitos problemas. Perdi meu emprego porque tive que me dedicar a ela e me responsabilizar pelo meu neto, que tem 5 anos. É um problema que atingiu toda a família", contou.

O processo na Justiça, de acordo com a dona de casa, não é muito ágil. A burocracia e os prazos exigidos tor-

nam inviáveis a internação dos dependentes, que na maioria das vezes não podem esperar muito tempo por uma internação.

## AMPARADAS

Apesar de ter o pedido negado na Justiça, X e sua filha não ficaram desamparadas. "Eu faço tratamento no grupo de apoio à família toda segunda-feira. É maravilhoso! Eles nos apoiam, ensinam a lidar com o problema dela", contou a mãe de uma jovem de 18 anos.

A dona de casa contou

“

Precisei amarrar minha filha na escada para ela não sair de casa. Fiquei a noite inteira sentada do lado dela, vigiando”

X, DONA DE CASA, mãe de uma usuária de drogas de 18 anos

que chegou a amarrar a filha em uma escada para impedi-la de sair de casa para usar drogas. "Ela chegou tão suja, tão drogada, com o nariz pingando sangue. Dei dois clonazepans a ela e amarrei na escada", relatou a mãe, que passou a madrugada vigiando a filha.

Em situações como essas, o apoio dos grupos é fundamental para a família e para o usuário. "Eu já não tinha direção, não conseguia me planejar. Quando eu descobri o grupo, eu aprendi a lidar com a dependência dela, tirei o rancor dentro de mim, parei de perguntar onde eu errei. Hoje não faço mais isso, entendi que foi uma escolha dela", contou.

A dona de casa contou que a filha ainda não parou completamente de usar drogas, mas que depois que começou o tratamento psicológico está mais focada. "Agora ela tem consciência do problema. Está determinada a melhorar, pensando no filho. Sabe que essa vida foi uma escolha dela e que só ela pode decidir virar o jogo."



Dona de casa, que preferiu anonimato, vive o drama com a filha, de 18 anos

RICARDO MEDEIROS



De novo

Voluntária da Apae de Bento Ferreira, Maria de Lourdes Tenório contou que ano passado usuários de drogas entraram no local para roubar. Eles voltaram este ano.



Madrugada

Segundo o comerciante Frederico Campos, nas ruas de Bento Ferreira a madrugada é dos usuários de crack. Os moradores se queixam da insegurança.



Insegurança

A aposentada Luzia Maria de Rezende, 73, disse que não gosta de andar sozinha no bairro com medo de ser abordada e roubada.

FOTOS: CARLOS ALBERTO SILVA

# 250 PESSOAS VIVEM NAS RUAS DE VITÓRIA

Metade delas veio de outros municípios, segundo a prefeitura

SIUMARA GONÇALVES  
sfgoncalves@redgazeta.com.br

Em média 250 pessoas vivem hoje em situação de rua na capital capixaba. Desse total, metade é de pessoas que deixaram sua cidade de origem para fugir do local onde estavam ou vieram em busca de uma nova perspectiva de vida em Vitória.

Os dados são da Secretaria Municipal de Assistência Social (Semas) de Vitória. Ainda segundo ela só em maio deste ano, 255 pessoas foram atendidas pelo Centro de Atenção Psicossocial (Caps) - Álcool e Drogas.

"No caso dos migrantes, alguns deles podem ser usuários de drogas. Ou ainda pessoas que vieram para cá por receberem ameaças do tráfico e tiveram de deixar seus municípios", explicou a secretária da Semas, Iohana Kroehling.

Segundo ela, às vezes a rua é utilizada para o consumo de drogas, mas isso não quer dizer que todos os que estão lá usando sejam moradores de rua. Por outro lado, nem todos os que vivem nas ruas, são usuários de drogas.

Na tarde do último domingo, uma situação envolvendo roubo e uma perseguição policial a usuários de crack pelas ruas de Bento Ferreira, na Capital, fez moradores e comerciantes da região se assustarem.



Usuários de drogas ao lado da Terceira Ponte. Em Bento Ferreira, reportagem flagrou viatura durante o dia



## ROTINA

"Já ocorreram outros casos de pequenos furtos aqui em Bento Ferreira, e isso está virando uma situação de rotina"

X. FUNCIONÁRIO PÚBLICO, 37 ANOS

Segundo um funcionário público, que trabalha próximo à praça do bairro e pediu para não ser identificado, o número de usuários de crack no local cresceu. Ainda de acordo com ele, os usuários teriam migrado de outro ponto de uso de crack na

Praia do Suá.

"Durante a parte da manhã ainda há viaturas que circulam pelo bairro, mas na parte da tarde isso é mais difícil. Já ocorreram outros casos de pequenos furtos aqui e isso está virando rotina", contou.

Já o comerciante e morador de Bento Ferreira Frederico Campos, relatou que a loja que tem há 9 meses no bairro foi alvo de uma pedra jogada por usuários de drogas durante a madrugada há pouco tempo. "Tive o vidro da loja quebrado e isso me rendeu um prejuízo de R\$ 2 mil. Penso em colocar grades no meu comércio para ter mais segurança. Me sinto indignado com essa situação", diz.

## Prefeitura oferece várias formas de assistência

Segundo a secretária Municipal de Assistência Social (Semas) da Capital, Iohana Kroehling, o serviço de assistência a pessoas em situação de rua e em dependência química é ofertado para quem vive no local, mas a prefeitura não pode forçar que aceite o tratamento.

"Temos sete programas de assistência para essas pessoas que envolvem as secretarias de Saúde e Assistência Social, como o Consultório na Rua que realiza atendimentos espe-

cíficos com os cuidados básicos de saúde para pessoas em situação de rua, muitas delas usuárias de crack e outras drogas", explicou.

De acordo com a secretária, caso haja moradores em situação de rua e que demonstrem alguma alteração psicológica, deve-se ligar para 156 e abrir um chamado. "Temos duas equipes que realizam abordagem a essas pessoas que irão até o local ofertar acolhimento a elas. E se a pessoa estiver praticando algum crime, a regra é ligar para o 190", orientou.

## A GAZETA já mostrou a situação



A situação do uso de crack nas cidades capixabas já foi mostrada pela reportagem de A GAZETA no dia 16 de outubro deste ano. O jornal trouxe o Mapa do Crack, elaborado pelo Observatório do Crack, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e revelou o alto consumo da droga no interior do Espírito Santo.

O diagnóstico mostrou o nível de problemas relacionados ao consumo da droga nos 78 municípios capixabas. Além disso, a reportagem fez um levantamento das ações e programas realizados pelas prefeituras do Espírito Santo.

## **Governo é obrigado pela Justiça a tratar de 800 dependentes químicos**

### **Sem vagas em hospitais públicos, clínicas particulares são solução**

Somente neste ano, entre janeiro e setembro, foram determinadas pela Justiça 853 internações compulsórias de dependentes químicos. Atender a demandas como essas custou para o Estado cerca de R\$ 18,8 milhões no período. Isso porque a política nacional de saúde não permite que sejam estimuladas as construções de hospitais para tratar distúrbios psiquiátricos como, por exemplo, a dependência química.

O médico psiquiatra Gilson Giuberti, coordenador de políticas sobre drogas no Estado, explicou que toda vez que a Justiça determina a internação compulsória, por faltarem leitos em hospitais públicos, o Estado precisa comprar uma vaga para o dependente químico em clínicas particulares. “O Estado precisa cumprir a determinação e comprar as vagas, mas elas são limitadas. Compra-se o que tem”, explicou o médico.

Um grande problema causado por essa medida é que, a partir do momento que o dependente químico dá entrada em uma clínica particular, não é mais possível ter um controle sobre o tratamento oferecido. “A gente não tem conhecimento da qualidade do serviço oferecido. Se houvesse um lugar para internarmos, fazer um acompanhamento de 1 ou 2 meses, teríamos um controle muito melhor o tratamento determinado pela justiça”, disse o psiquiatra.

### **O PROCESSO**

De acordo com Giuberti, a internação não é a única forma de oferecer tratamento a um dependente químico. “Existem pessoas que precisam de internação, mas não são todos os casos. De todas as demandas encaminhadas pela Defensoria Pública, 80% a gente trata sem precisar de internação”, destacou o coordenador.

Na maioria dos casos basta oferecer aos dependentes químicos e às famílias um suporte psicológico. “Na cultura popular há um entendimento que todas as doenças mentais precisam ser tratadas com internação, mas na maioria dos casos não há necessidade”, alertou.

Para ser considerada necessária a internação, o indivíduo precisa apresentar transtornos de comportamento sérios, com uma incapacidade, mesmo que temporária, de reger seus bens ou gerir sua própria vida. Além disso, é preciso apresentar histórico de problemas com a comunidade e a polícia, colocando em risco a vida de terceiros.

### **DIFICULDADE**

Mãe de 7 filhos, a dona de casa X, que preferiu não se identificar, enfrenta os transtornos causados pela dependência química há cerca de 1 ano e 8 meses. A filha dela, de 18 anos, é dependente de drogas e teve a internação compulsória negada pelo Poder Judiciário.

“Ela começou a usar há 1 ano e 8 meses. Isso me causou muitos problemas. Perdi meu emprego porque tive que me dedicar a ela e me responsabilizar pelo meu neto, que tem 5 anos. É um problema que atingiu toda a família”, contou.

O processo na Justiça, de acordo com a dona de casa, não é muito ágil. A burocracia e os prazos exigidos tornam inviáveis a internação dos dependentes, que na maioria das vezes não podem esperar muito tempo por uma internação.

### **AMPARADAS**

Apesar de ter o pedido negado na Justiça, X e sua filha não ficaram desamparadas. “Eu faço tratamento no grupo de apoio à família toda segunda-feira. É maravilhoso! Eles nos apoiam, ensinam a lidar com o problema dela”, contou a mãe de uma jovem de 18 anos.

A dona de casa contou que chegou a amarrar a filha em uma escada para impedi-la de sair de casa para usar drogas. “Ela chegou tão suja, tão drogada, com o nariz pingando sangue. Dei dois clonazepans a ela e amarrei na escada”, relatou a mãe, que passou a madrugada vigiando a filha.

Em situações como essas, o apoio dos grupos é fundamental para a família e para o usuário. “Eu já não tinha direção, não conseguia me planejar. Quando eu descobri o grupo, eu aprendi a lidar com a dependência dela, tirei o rancor dentro de mim, parei de perguntar onde eu errei. Hoje não faço mais isso, entendi que foi uma escolha dela”, contou.

A dona de casa contou que a filha ainda não parou completamente de usar drogas, mas que depois que começou o tratamento psicológico está mais focada. “Agora ela tem consciência do problema. Está determinada a melhorar, pensando no filho. Sabe que essa vida foi uma escolha dela e que só ela pode decidir virar o jogo.”

## **DEMANDAS**

### **2015**

Demandas: 1.020

Gasto: R\$ 30,9 milhões

### **2016**

Demandas: 1.096

Gasto: R\$ 33,7 milhões

### **2017**

Demandas (janeiro a setembro): 853

Gasto: R\$ 18,8 milhões

250 pessoas vivem nas ruas de Vitória

Segundo a secretária Municipal de Assistência Social (Semas) da Capital, Iohana Kroehling, o serviço de assistência a pessoas em situação de rua e em dependência química é ofertado para quem vive no local, mas a prefeitura não pode forçar que aceitem o tratamento.

A aposentada Luzia Maria de Rezende, 73, disse que não gosta de andar sozinha no bairro com medo de ser abordada e roubada. Carlos Alberto Silva

Voluntária da Apae de Bento Ferreira, Maria de Lourdes Tenório contou que ano passado usuários de drogas entraram no local para roubar. Eles voltaram este ano. Carlos Alberto Silva

Segundo o comerciante Frederico Campos, nas ruas de Bento Ferreira a madrugada é dos usuários de crack. Os moradores se queixam da insegurança. Carlos Alberto Silva

“Temos sete programas de assistência para essas pessoas que envolvem as secretarias de Saúde e Assistência Social, como o Consultório na Rua que realiza atendimentos específicos com os cuidados básicos de saúde para pessoas em situação de rua, muitas delas usuárias de crack e outras drogas”, explicou.

De acordo com a secretária, caso haja moradores em situação de rua e que demonstrem alguma alteração psicológica, deve-se ligar para 156 e abrir um chamado. “Temos duas equipes que realizam abordagem a essas pessoas que irão até o local ofertar acolhimento a elas. E se a pessoa estiver praticando algum crime, a regra é ligar para o 190”, orientou.

## **A GAZETA já mostrou a situação**

A situação do uso de crack nas cidades capixabas já foi mostrada pela reportagem de A GAZETA no dia 16 de outubro deste ano. O jornal trouxe o Mapa do Crack, elaborado pelo Observatório do Crack, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), e revelou o alto consumo da droga no interior do Espírito Santo.

O diagnóstico mostrou o nível de problemas relacionados ao consumo da droga nos 78 municípios capixabas. Além disso, a reportagem fez um levantamento das ações e programas realizados pelas prefeituras do Espírito Santo.

## Desembargador manda vereador voltar ao cargo em Fundão

O vereador Sandro Lima (PEN), que havia sido afastado de suas funções em outubro por decisão da Justiça, volta hoje à Câmara de Fundão após um mandando de segurança concedido pelo desembargador Ney Batista Coutinho, do Tribunal de Justiça do Estado (TJ-ES).

“O promotor fez uma peça fictícia, não tem nenhuma prova, só depoimentos de adversários políticos e inimigos pessoais do vereador”, alegou o advogado Felipe Osório, que defende o vereador.

Lima foi denunciado pelo Ministério Público com mais cinco pessoas por corrupção passiva e associação criminosa num esquema de corrupção envolvendo uma empresa de limpeza pública.

## **Justiça determina saída de famílias de casas populares e algumas se recusam, no Sul do ES**

Para assistir ao vídeo da reportagem, clique no link abaixo:

<http://g1.globo.com/espírito-santo/estv-2edicao/videos/t/edicoes/v/justica-determina-saida-de-familias-de-casas-populares-e-algumas-se-recusam-no-sul-do-es/6318278/>